



**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA FORENSE**

**ADEMAR FRANCISCO LEAL**

**INTERVENÇÃO COM POLICIAIS MILITARES: APOIO A VÍTIMA E CRENÇAS  
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PARCEIRO ÍNTIMO**

**CURITIBA**

**2019**



**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA FORENSE**

**ADEMAR FRANCISCO LEAL**

**INTERVENÇÃO COM POLICIAIS MILITARES: APOIO A VÍTIMA E CRENÇAS  
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PARCEIRO ÍNTIMO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Forense

Orientador: Professor Doutor Sidnei Priolo Filho

**CURITIBA**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte

Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuti do Paraná

L433 Leal, Ademar Francisco.

Intervenção com policiais militares: apoio a vítima e crenças  
sobre a violência contra parceiro íntimo/ Ademar Francisco  
Leal; orientador Prof. Dr. Sidnei Priolo Filho.

59f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,  
Curitiba, 2019.

1. Policiais. 2. Treinamento. 3. Psicoeducação. 4. Violência contra o  
parceiro íntimo. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia.

II. Título.

CDD – 362.8292

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

## Sumário

Resumo.....	05
Agradecimentos.....	07
Apresentação.....	08
Revisão sistemática sobre intervenções com Policiais sobre a Violência contra o Parceiro Íntimo .....	10
Método .....	12
Resultados e Discussão .....	12
Conclusões.....	19
Intervenção com Policiais Militares: Apoio a vítima e crenças sobre a Violência contra o Parceiro Íntimo .....	24
Método .....	28
Resultados .....	30
Discussão.....	32
Relato de experiência de uma intervenção com a Polícia Militar.....	40
Histórico do pesquisador.....	41
Experiência de pesquisa na Polícia Militar.....	43
Considerações Finais.....	51
Lista de anexos	
Anexo I – Instrumentos da coleta de dados.....	53
Anexo II – Questionário de Crenças.....	55
Anexo III- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	59

Leal, A. F. (2018). Intervenção com Policiais Militares: Apoio a vítima e crenças sobre a violência contra parceiro íntimo (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

## RESUMO

A Polícia Militar tem um papel fundamental na garantia dos Direitos das famílias em situação de violência, em especial, da violência contra o parceiro íntimo. Apesar da necessidade de integração dos conhecimentos psicológicos com esse grupo, poucas pesquisas foram realizadas sobre essa temática. Tendo em vista essas condições, o presente trabalho teve dois objetivos: a) realizar uma revisão sistemática sobre intervenções com policiais sobre a violência contra o parceiro íntimo; b) avaliar os efeitos de uma intervenção breve com policiais militares da ativa sobre conhecimentos e crenças a respeito da violência intrafamiliar. Os resultados da revisão sistemática indicam uma lacuna importante na literatura sobre essa temática, sendo a maioria dos trabalhos realizados de forma breve ou ainda, sem controles experimentais. O segundo objetivo foi realizado através de uma intervenção breve com 4 sessões com policiais militares da cidade de Curitiba. Os resultados apontam a ausência de mudanças significativas nas percepções sobre atendimento à vítima de violência e procedimentos a serem adotados, bem como, de crenças sobre a violência intrafamiliar. Os resultados indicam desempenho abaixo de outras categorias profissionais para o instrumento de crenças sobre a violência, necessitando maior abordagem e treinamentos dos policiais brasileiros para essa temática. Em especial, pesquisas futuras devem investigar os efeitos de um treinamento contínuo que consiga influenciar de maneira clara os comportamentos durante os atendimentos às famílias em situação de violência. Por fim, é possível que um treinamento que ocorra na entrada dos policiais na corporação possa ser mais efetivo nas mudanças comportamentais desejadas no atendimento e cognitivas nas crenças.

*Palavras-chave:* violência contra o parceiro íntimo; equipe policial; policiais; intervenção.

Leal, A. F. (2018). Intervention with police officers: victim's support and attitudes about intimate partner violence (Master's dissertation). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

### **ABSTRACT**

The Police have a fundamental role in guaranteeing the Rights of families experiencing violence, especially violence against the intimate partner. Despite the need to integrate psychological knowledge with this group, few investigations were done on this topic. Considering this, the present study had two objectives: a) to carry out a systematic review on interventions with police on violence against the intimate partner; b) to evaluate the effects of a brief intervention with active police officers on knowledge and beliefs about intrafamily violence. The results of the systematic review indicate an important gap in the literature with most of the works being carried out briefly or even without experimental controls. The second objective was accomplished through a brief intervention with 4 sessions with police officers of Curitiba, Brazil. The results point to the absence of significant changes in the perceptions and procedures with the victim, as well as beliefs about intrafamily violence. The results indicate performance below other professional categories for the instrument of beliefs about violence, requiring a greater approach and training of Brazilian police officers in this area. In particular, future research should investigate the effects of continuous training that can clearly influence behavior during care for families in situations of violence. Finally, it is possible that training that occurs at the beginning of the police career in the corporation can be more effective in the desired behavioral changes in the attendance and cognitive in the beliefs.

*Keywords:* intimate partner violence; police staff; police officers; intervention.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a minha querida esposa pelo incentivo em momentos difíceis durante o processo do curso, e não ter me deixado desistir por assuntos pessoais. Ao Prof. Sidnei Priolo Filho, a quem, superou as minhas expectativas iniciais, fui contemplado com a oportunidade de ser seu orientando e fazer parte da sua equipe se não o primeiro de muitos alunos nesta instituição. Ao Tenente-coronel Wanderlei Rotemburg o qual estimulou e forneceu os trâmites dentro da Polícia Militar para a execução desse trabalho. Também agradeço pelas direções oferecidas, pelos ensinamentos, pelas oportunidades de desenvolvimento propiciadas, que certamente me guiará nesta nova etapa da minha vida de trabalho. Aos colegas e amigos do mestrado em Psicologia Forense, pelas angústias e alegrias compartilhadas, em especial ao Luciano, (que nos deu um susto) mas juntou-se a nós ao final, pela parceria, pelo apoio, pela confiança e pela contribuição em todas as fases desta minha nova trajetória. Aos colegas Egna, Isabelle, Eliane, Josi, Thais, Élvio, Felipe, Marcelo pela paciência e amizade. A todos os professores e funcionários da Universidade Tuiuti do Paraná, em especial a Luci que nos deu um suporte e apoio durante o curso e a Prof.<sup>a</sup> Paula Gomide por ter toda a confiança depositada em mim ao longo deste.

“Necessitamos sempre de ambicionar alguma coisa que,  
alcançada, não nos torna sem ambição.”

Carlos Drummond de Andrade

## **Apresentação**

A intervenção e formação dos profissionais de segurança tem sido alvo de destaque da Psicologia e das Ciências Forenses nos últimos anos devido à possibilidade de interdisciplinaridade e novos comportamentos nos campos de trabalho desses profissionais. Esse trabalho está constituído na forma de coletânea e é composto de três artigos principais. O primeiro apresenta uma revisão sistemática sobre intervenções a respeito da violência contra o parceiro íntimo direcionado a policiais ou membros de Forças Armadas. O segundo artigo apresenta uma avaliação de crenças e comportamentos de dois batalhões da Polícia Militar. E o terceiro contém um relato de experiência sobre a intervenção e suas intersecções com o histórico do pesquisador principal.

Este projeto surgiu da preocupação de construir uma relação mais participativa entre Polícia e a Universidade, devido a preocupações da instituição relativas à qualidade do atendimento em situações de Violência contra o Parceiro Íntimo (VPI). Este projeto, que sem a colaboração e o apoio direto do setor de Comunicação Social da Polícia Militar do Paraná, não seria possível. Sendo assim, o apoio institucional para realizar atividades que promovam um melhor desempenho das funções policiais é urgente em diversas sociedades, em especial, em um país que tem a estrutura policial militar como porta de entrada da rede de atendimento para boa parte das vítimas e agressores conjugais.

Contudo, a maior parte das produções e experiências anteriores com esse público foi realizada em outros países, o que dificulta a sua adaptação ao Brasil. Compreender os trabalhos realizados em outros locais ao redor do mundo são fundamentais para compreender as práticas que podem ser aplicadas ao Brasil. A compreensão das pesquisas e intervenções internacionais foi o foco do estudo de revisão sistemática.



Uma vez realizada a revisão, houve a apresentação da pesquisa empírica para os comandantes da Polícia Militar. Nesse sentido, os dados basais da intervenção foram informativos tanto em aspectos de atuação (procedimentos) quanto das crenças que o regem o atendimento dos policiais nessas situações. Além disso, houve um retorno geral para o comando para ciência de como agem e atuam seus comandados em relação à VPI. Uma vez diagnosticada a situação a intervenção foi realizada em três batalhões da Polícia com dois grupos distintos em cada Batalhão com autorização dos comandantes dos batalhões, bem como do Comando Geral da Polícia Militar. Nesse estudo, foram enfocados os dados quantitativos do instrumentos antes e depois da intervenção.

Por sua vez, o terceiro capítulo é mais qualitativo e apresenta o relato de experiência do pesquisador principal na aplicação dos questionários e das sessões de intervenção. As dificuldades iniciais foram relacionadas a colaboração dos participantes, em especial, pelo fator novidade de uma intervenção dessa natureza realizada por um civil na Instituição. Esse capítulo discute aspectos da resistência dos participantes e os confrontos entre a prática profissional e a Psicologia que foram evidentes desde o início. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho.

## **ARTIGO 1**

Uma revisão sistemática sobre intervenções com Policiais sobre Violência contra o Parceiro Íntimo

### **RESUMO**

O papel dos policiais no atendimento de vítimas de violência tem ficado sob escrutínio da sociedade pela sua relevância social. Identificar treinamentos para policiais com evidências científicas para o fenômeno da violência contra o parceiro íntimo é uma das lacunas dessa área. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi realizar uma revisão sistemática sobre intervenções e treinamentos com policiais militares sobre a violência contra o parceiro íntimo ao redor do mundo. Foram verificadas as bases Pubmed, Scielo, BVPSi, PsycINFO e Scopus e obtidos 271 artigos. Após a verificação dos resumos e dos critérios de exclusão restaram cinco artigos que foram analisados. Os artigos apontam para medidas pontuais de intervenção que apresentam resultados pouco satisfatórios nas mudanças comportamentais. Também apontam para lacunas na literatura quanto à possibilidade de atuação de treinamentos e da ausência de formatos mais eficazes para essa abordagem.

*Palavras-chave:* policiais; treinamento; psicoeducação.

### **ABSTRACT**

Police work during intimate partner violence calls has been under scrutiny of society for its social relevance. Identifying scientific evidence of police training quality for the phenomenon of intimate partner violence is one of the gaps in this area. Thus, the objective of this research was to carry out a systematic review of interventions and training with military police officers on violence against the intimate partner around the world. The databases PubMed, SciELO, BVPSi, PsycINFO and Scopus were verified, and 271 articles were obtained. After the review of the abstracts and the exclusion criteria applied, five articles were analyzed. The articles point to specific measures of intervention that present unsatisfactory results in behavioral changes. They also point to gaps in the literature regarding the possibility of performing training and the absence of more effective formats for this approach.

*Keywords:* Police; training; psychoeducation.

## **Introdução**

A Psicologia tem buscado maior interação com locais e profissionais que foram negligenciados durante muitos anos ou vistos apenas sob aspectos avaliativos. Um desses grupos de profissionais são os policiais militares e, em especial, seus atendimentos em casos de Violência contra o Parceiro Íntimo (VPI). Em geral, o foco da sociedade está no comportamento inadequado de policiais ao receber chamados, mas pouca atenção é dada a aspectos de treinamento aos novos policiais ou intervenções para os que estão em serviço, como também treinamentos posteriores após conclusão do curso de policial.

De acordo com Trujillo e Ross (2008) as crenças dos policiais sobre a VPI têm características parciais e inadequadas. Mesmo que novas leis sejam aprovadas em resposta a violência doméstica, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), são evidentes crenças e comportamentos inadequados de agentes da lei que confrontam as melhores práticas e evidências científicas. E isso tem afetado a maneira que as vítimas e os agressores foram tratados ao longo dos anos, bem como o funcionamento a rede de proteção à vítima de violência doméstica.

Um fator pouco explorado nas pesquisas com policiais tem sido o peso que crenças e estereótipos têm sobre os comportamentos, pois algumas pesquisas apontam que a cultura policial é majoritariamente masculina com um foco na aplicação da lei e pouca flexibilidade cognitiva nestes aspectos (Dick & Jankowicz, 2001; Rabe-Hemp, 2008). Compreender as crenças dos policiais sobre violência entre parceiros íntimos é importante porque, como Logan, Shannon e Walker (2006) afirmam as crenças negativas podem influenciar o atendimento. Influenciando também nos resultados das chamadas aos policiais. Bem como diminuem as notificações e buscas por ajuda de mulheres agredidas, evitando possíveis fatores de proteção e do acionamento dos policiais na rede de proteção. Pois as vítimas que têm uma má experiência

com a polícia, têm menores probabilidades de confiar nela para obter ajuda para futuros incidentes. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre intervenções com policiais sobre violência contra o parceiro íntimo.

### **Método**

A pesquisa de revisão sistemática em relação ao tema sobre intervenção e educação de policiais se deu em várias bases de pesquisa. Foram utilizadas as bases PsycINFO, SciELO, Pubmed e Scopus com um total de 271 artigos obtidos. Os critérios de seleção envolviam que as amostras fossem de policiais da ativa, envolvidos em treinamentos sobre violência contra o parceiro íntimo e publicados em inglês. Após a leitura dos títulos e abstracts cinco artigos foram selecionados por se enquadrarem nos critérios de seleção. As palavras-chaves selecionadas foram: ("Police" OR "Law Enforcement") AND ("Domestic Violence" OR "Intimate Partner Violence") AND ("education"). A Tabela 1 apresenta os artigos selecionados a partir da busca sistemática realizados.

### **Resultados e Discussão**

O único artigo brasileiro encontrado na revisão sistemática data do ano de 1998, no qual foi realizado um programa de atendimento às vítimas de violência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade de São Carlos (SP), por meio de um estágio supervisionado de alunos da Universidade Federal de São Carlos (Williams, Gallo, Basso, Maldonado & Brino, 2000).

Tabela 1 – Artigos encontrados na busca sistemática.

Autor	País	Participantes	Intervenção/Variáveis	Instrumentos utilizados
Williams, Gallo, Basso, Maldonado & Brino, (2000).	Brasil	5 Policiais Civis	Oficina com Palestras	Questionário de Crenças sobre a Violência Intrafamiliar
Huisman, Martinez & Wilson (2005)	EUA	90 Policiais	Duas sessões sobre racismo e violência	Relato de experiências dos profissionais envolvidos na intervenção
Logan, Shannon & Walker (2006)	Estados Unidos	315 Policiais	Validação de instrumento de avaliação de crenças da Polícia	Instrumento da Peter D. Hart Research Associates (1996) sobre tipologia de crimes.
Gover, Paul & Dodge (2011)	Estados Unidos	309 Policiais	Estudo exploratório sobre as crenças	Instrumento de Toon e Hart (2005) composto por 28 questões sobre crenças.
Muftić & Cruze (2014)	Bósnia- Herzegovina	137 policiais militares	Treinamentos sobre violência contra a mulher	Versões resumidas das atitudes em relação às mulheres (ATW; Spence, Helmreich, & Stapp, 1973) e Inventário de crenças sobre o espancamento da esposa (IBWB; Saunders, Lynch, Grayson, e Linz, 1987), perguntas de medição atitudes em relação VD (Saunders et al., 1987).

Nesta experiência notou-se o despreparo das policiais em relação a uma visão adequada e não estereotipada da problemática da vítima de violência doméstica.

Contudo, a literatura brasileira apresenta muito pouco material de pesquisa e intervenções com policiais sobre violência contra parceiro, ou seja, pouca pesquisa com essa classe é realizada. De acordo com Saffioti (2002), não há um treinamento específico para a classe policial a respeito da violência entre parceiros, seja em delegacias especializadas ou com Policiais Militares da ativa que são, normalmente, os agentes da lei que atuam direto no fato. Segundo Saffioti (2002), o fato de mulheres atuarem como policiais ainda não é suficiente para uma mudança na qualidade do atendimento da corporação, apesar dos elogios à essa iniciativa. Ainda há um despreparo na formação dos agentes policiais que atuam direto com esse tipo de crime, como nas Delegacias Especializadas (Williams et al. 2000). Um dos problemas da pesquisa de Williams et al. (2000) com a amostra brasileira, foi o número reduzido de participantes (n=05), bem como com a utilização de um delineamento ao qual não é possível fazer generalizações a respeito da validade dos dados encontrados. Contudo, estudo posterior de Ferrari, Priolo-Filho e Brino (2016) mostraram a consistência interna e confiabilidade do instrumento utilizado por Williams et al. (2000), o que indica a possibilidade de que os dados tenham confiabilidade. Uma das vantagens da aplicação do questionário de crenças é que este foi desenvolvido a partir das próprias concepções das policiais, sendo neste sentido útil para atender às necessidades específicas da Delegacia da Mulher. Tudo indica que quando a policial apresentar um repertório inicial com muitas crenças preconceituosas, (por exemplo, questionando a própria filosofia responsável pela criação da entidade de defesa da mulher), apenas uma oficina não seria condição suficiente como estratégia de intervenção. Sendo que o baixo número de participantes bem como a não obrigatoriedade da participação dos mesmos, deixa lacunas a serem preenchidas em futuras pesquisas. Este resultado nos remete à constatação inicial da falta de preparo de policiais da

Delegacia da Mulher (DDM) para exercer sua função em relação aos conhecimentos relativos à violência contra parceiro, especificidade deste órgão que é identificado na literatura (Saffioti, 2002) e relatado pelas próprias pesquisadas.

O trabalho de pesquisa de Huisman, Martinez e Wilson (2005), por sua vez, é uma das primeiras experiências em treinamento de policiais com controle experimental. Esses autores acreditam que é imperativo ensinar sobre a violência doméstica e racismo junto, pois estes mecanismos são fundamentais na boa prestação de serviço policial. Ademais, devem-se identificar os desafios dos policiais em treinamento sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres agredidas e propor estratégias de formação para iniciar um diálogo sobre a temática. Antes de identificar os problemas, Huisman et al. (2005) forneceram uma breve visão geral sobre o tema na formação sendo que o treinamento ocorreu durante um período de três dias em 2001, com aproximadamente 90 policiais. O dia de treinamento foi dividido em cinco sessões consistindo em diferentes temas apresentados por diferentes treinadores, entre homens e mulheres e de raças diferentes com o tema, sendo essas estratégias desenvolvidas para fortalecer aspectos de aceitação dos participantes. Desde o início, os policiais criaram um ambiente hostil ao treinamento, sendo que este fato levou muitas das mulheres formadoras a analisar o treinamento como malsucedido. Este padrão é consistente com a pesquisa sobre a dinâmica de sala de aula que descobriu que grupos dominantes, que geralmente não têm experiência pessoal com a desigualdade (Haddad & Lieberman, 2002) e que os professores negros sofriam mais hostilidade do que os professores brancos ao ensinar policiais estudantes brancos (Huisman et al., 2005).

Como argumento central é que antes de abordar barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres, é imperativo construir confiança e enfrentar a discriminação racial e de gênero institucional. Como argumentamos, esta é uma tarefa enorme considerando a histórica falta de confiança entre os defensores e policiais, o racismo institucional e sexismo, e a orientação

individualista de ambos o trabalho da polícia e da cultura (Logan et al., 2006). De acordo com Muftić e Cruze (2014), que também colaboram com estudo que examinou as crenças da Polícia em relação a sanções e tratamento para agressores de violência doméstica em comparação com outros criminosos violentos e não violentos. Este estudo sugere que as crenças dos policiais sobre a violência contra a mulher são diferentes dos seus pontos de vista de outros crimes. O que impacta a qualidade do atendimento e a possibilidade de notificação em novos casos de violência. Esse estudo deu-se através de questionários de crenças entregue aos policiais que devolveram posteriormente, sendo a possibilidade de anonimato nas respostas um fator positivo do mesmo. Outro aspecto da pesquisa Muftić e Cruze (2014) era a ausência de oficiais superiores aos participantes, o que pode contribuir com maior honestidade nas respostas, ao mesmo tempo, em que pode aumentar comportamentos disruptivos caso os policiais participantes não acreditem que o tema seja relevante.

Gover, Paul e Dodge (2011) realizaram um estudo exploratório que examina as atitudes sobre a violência doméstica entre os policiais de um grande departamento de polícia urbana. Tal estudo explorou suas crenças e percepções dos incidentes de violência doméstica. Os resultados mostram que os oficiais estão bem versados em lidar com violência doméstica, embora relatos dos mesmos indique que policiais em atendimento de violência doméstica se dirigem ao local com menos expectativas de resolução do conflito do que em outros tipos de crimes. Além disso, quando se comparam as atitudes com base em características do policial percebe-se nas diversas pesquisas que há um padrão de expectativas baixas sobre a possibilidade de atuação e resolução.

Logan et al. (2006) descobriram que os policiais novatos eram mais propensos a apoiar sanções mais punitivas para os infratores de violência doméstica do que os policiais experientes. Além disso, foram examinadas as crenças da Polícia sobre os infratores de violência doméstica que fazem uso de substâncias ilícitas. Essa preocupação é ainda maior, considerando que os



policiais, na maioria dos países, não possuem treinamento continuado para a manutenção e atualização dos conhecimentos obtidos durante o treinamento. Dada essa constatação, a formação contínua sobre violência doméstica e conhecimento de atualizações das leis, que apesar de ter sido visto como desnecessário, poderia ser benéfico para os agentes policiais que respondem a incidente de violência doméstica.

Muftić et al. (2014) avaliaram as crenças e visões sobre papéis de gênero de 137 policiais que atuam na Bósnia-Herzegovina e tinham como hipótese que os oficiais que receberam formação teriam menores chances de manter atitudes sexistas em relação às mulheres em comparação com os oficiais não treinados. Foram utilizados questionários de crenças, e observado que os policiais que expressam atitudes sexistas em relação às mulheres e viam o espancamento da esposa como justificável em certas circunstâncias (nota-se que estão inseridas questões culturais), então é menos propensos a sentirem-se responsáveis pela intervenção da polícia nessas situações.

Todas as pesquisas discutidas neste trabalho apontam para o fato que uma política de treinamento específica seria um passo adiante na educação do policial, podendo afetar novas crenças e comportamentos que sejam mais adequados à função (Huisman et al., 2005; Williams et al., 2000). Um aspecto abordado por Williams et al. (2000) é o fato de que policiais se sentem desprestigiados ou diminuídos por serem destacados a trabalhar em uma DDM, ademais esse local possui menos prestígio na hierarquia da polícia. Segundo Huisman et al. (2005), os policiais não são treinados para ver a violência doméstica como um tipo de crime de natureza grave, e deve-se atentar para quando há confluência de outros fatores de discriminação como o racismo, a homofobia, e a diferença de classes sociais para que possam ser importantes em futuras intervenções.

O que encontramos a partir dessa revisão sistemática foi uma carência em relação a treinamento específico sobre a violência contra o parceiro íntimo focada nas necessidades dos policiais militares, bem como ausência de resultados significativos de mudanças nas tentativas analisadas (Gover et al., 2011; Huisman et al., 2005; Logan et al., 2006; Muftić et al., 2014; Williams et al., 2000). Os policiais de patrulha podem ser mal treinados no atendimento específico de incidentes de violência doméstica ou subscrever as crenças estereotipadas que concentram a culpa na vítima (Huisman et al., 2005; Muftić et al., 2014; Williams et al., 2000). Pesquisadores e os próprios policiais argumentam que o treinamento especializado pode dissipar atitudes policiais que são tendenciosas ou incorretas, apesar dos problemas encontrados no treinamento serem complexos. Alguns desses problemas são incorporados na estrutura da nossa sociedade, como o racismo e o preconceito de classe, outros problemas decorrem de ideologias e práticas dentro de alguns departamentos de polícia (Huisman et al., 2005). Outra dimensão do problema está enraizada na longa história de tensão entre policiais e defensores das mulheres agredidas (Gover et al., 2011). Foi observado que a participação de formadores do sexo feminino é avaliada pelos policiais, com comentários sobre aparência e roupas, isto é, era evidente que as treinadoras do sexo feminino estavam sendo julgadas por alguns participantes principalmente por sua aparência exterior (Huisman et al., 2005).

Sobre a punição dos agressores, os policiais em todos os artigos pesquisados apontam, que nem sempre deter ou prender um agressor pode resultar em melhor atitude por parte deles como agentes da lei, pois acreditam que com a prisão do agressor poderia agravar agressões posteriores a sua detenção (Gover et al., 2011; Huisman et al., 2005). Além disso, vários policiais não concordam que a prisão do agressor possa resolver o conflito (Huisman et al., 2005). É importante examinar o grau em que os policiais veem a violência doméstica como atividade criminosa em comparação com outros crimes, ou seja, é possível que os policiais vejam a

violência doméstica como um problema interpessoal ao invés de um crime violento, o que pode ajudar, em parte, a explicar as respostas em situações de patrulhamento (Logan et al.; 2006; Muftić et al., 2014).

Segundo Erez e Belknap (1998) as crenças, comentários, opiniões ou suposições de quem atende no processo de atendimento da justiça que lidam com mulheres agredidas podem ser, e frequentemente são, prejudiciais e desmoralizantes para as vítimas. Com isso causam as mulheres agredidas novas vitimizações decorrentes do próprio abuso cometido por seu agressor. Os comentários negativos ou atitudes de desencorajar por agentes da lei podem sublinhar impotência e desamparo das vítimas. De acordo com Logan et al. (2006), o atendimento e a possibilidade de notificações futuras são influenciadas pelas crenças negativas dos policiais e do resultado desse atendimento. Sendo assim a necessidade de novas técnicas de treinamento bem como criação de novos sistemas de proteção e apoio às vítimas e agressores, devem ser estudados.

### **Conclusões**

A revisão sistemática aponta poucos trabalhos realizados com policiais e ainda mais raras são as intervenções com o tema da violência contra o parceiro íntimo. Dessa forma, foi necessário expandir os anos de busca, bem como questões de intervenção para além de intervenções com controles científicos. Algumas conclusões dessas pesquisas apontam que o tratamento deveria ser mais abrangente e disponível aos agressores, mas as crenças são fundamentalmente punitivas para os mesmos.

Alguns estudos mostraram que os policiais muitas vezes acreditam que a prisão é não sempre a resposta mais adequada a incidentes de violência doméstica (Blount, Yegidis, & Maheux, 1992; Sinden & Stephens, 1999; Toon & Hart, 2005). Pode ser que crenças

fundamentais e culturais permaneçam por longo do tempo nas corporações policiais e estratégias de recrutamento de policiais poderiam incluir o exame mais detalhados sobre essas crenças, assim sendo poderia se ter uma análise mais criteriosa do indivíduo nos casos de violência doméstica. Um exemplo de pesquisa de longo prazo que pode servir de modelo é o de Gover et al. (2011) que atua há mais de vinte anos em acompanhamento na cidade de Denver, Colorado nos Estados Unidos, sugerindo que a educação permanente e formação de policiais são fundamentais em continuar a abordar a resposta a esse tipo de violência. Embora algumas pesquisas mostrem e façam comparativos que a violência contra parceiro esteja ligada a sobreposição de abuso de substâncias ilícitas e lícitas, (como álcool), (Logan et al., 2006; Kraanen, Vedel, Scholing & Emmelkamp, 2014), as evidências científicas sugerem que ela pode ocorrer na presença e na ausência dessas substâncias.

O crime de violência doméstica em si precisa ser considerado tão grave como outros tipos de crimes. Os estudos obtidos nessa revisão relatam que os policiais veem esse crime de menor valor, sendo caso mais pessoal que criminal. As crenças dentro da Polícia sobre a aplicação da lei aparentam ser de difícil mudança de acordo com os trabalhos encontrados nessa revisão. No entanto, existem recursos potenciais através de mudança de política que podem ser usados para promover a sensibilidade à violência contra o parceiro e eliminar estereótipos masculinos, como o pareamento de unidades de patrulhamento de homens e mulheres, a especialização de unidades para casos mais severos (e.g. Patrulha Maria da Penha) e treinamentos contínuos e frequentes conjuntos com aspectos de reciclagem dos policiais.

Nesta revisão da literatura sobre a resposta policial revelou linha comum de uma cultura policial masculino em toda a América do Norte, compactuando ideias em relação ao tema. É fundamental apontar que algumas políticas públicas têm buscado melhorar a resposta ao tema

violência doméstica e reduzir os estereótipos de gênero no policiamento. Ainda há necessidade de compor uma rede de apoio integrada junto com o setor da Polícia Civil e o setor jurídico. Há uma necessidade de fortalecer as relações de pesquisas com policiais em todo território brasileiro e assim com intervenções em cursos de formação de policiais possamos modificar aos poucos a cultura ainda persistente.

## **Referências**

Belknap, J. (1995). Law enforcement officers' attitudes about the appropriate responses to woman battering. *International Review of Victimology*, 4(1), 47-62.

Blount, W. R., Yegidis, B. L., & Maheux, R. M. (1992). Police attitudes toward preferred arrest: Influences of rank and productivity. *American Journal of Police*, 11(3), 35-52.

Dick, P., & Jankowicz, D. (2001). A social constructionist account of police culture and its influence on the representation and progression of female officers: A repertory grid analysis in a UK police force. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 24(2), 181-199.

Erez, E., & Belknap, J. (1998). In their own words: Battered women's assessment of the criminal processing system's responses. *Violence and victims*, 13(3), 251-268.

Gover, A. R., Paul, D., & Dodge, M. (2011). Law enforcement officers' attitudes about domestic violence. *Violence against women*, 17(5), 619-636.

Ferrari, I. M. D. S. F., Priolo Filho, S. R., & Brino, R. F. (2017). Questionário sobre violência intrafamiliar: confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 18(3), 54-65.

- Haddad, A. T., & Lieberman, L. (2002). From student resistance to embracing the sociological imagination: Unmasking privilege, social conventions, and racism. *Teaching Sociology*, 328-341.
- Helms, E. (2006). Gendered transformations of state power: Masculinity, international intervention, and the Bosnian police. *Nationalities Papers*, 34(3), 343-361.
- Huisman, K, Martinez, J., & Wilson, C. (2005). Training police officers on domestic violence and racism: Challenges and strategies. *Violence Against Women*, 11(6), 792-821.
- Kraanen, F. L., Vedel, E., Scholing, A., & Emmelkamp, P. M. (2014). Prediction of intimate partner violence by type of substance use disorder. *Journal of substance abuse treatment*, 46(4), 532-539.
- Logan, T. K, Shannon, L., & Walker, R. (2006). Police attitudes toward Domestic Violence offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(10), 1365-1374.
- Muftić, L. R., & Cruze, J. R. (2014). The laws have changed, but what about the police? Policing domestic violence in Bosnia and Herzegovina. *Violence against women*, 20(6), 695-715.
- Rabe-Hemp, C. E. (2008). Female officers and the ethic of care: Does officer gender impact police behaviors? *Journal of criminal justice*, 36(5), 426-434.
- Trujillo, M. P., & Ross, S. (2008). Police response to domestic violence: Making decisions about risk and risk management. *Journal of interpersonal violence*, 23(4), 454-473.

Saffioti, H. I. (2002). Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. *Gênero e Cidadania. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero–Pagu/Unicamp, Coleção Encontros.*

Sinden, P. G., & Joyce Stephens, B. (1999). Police perceptions of domestic violence: the nexus of victim, perpetrator, event, self and law. *Policing: an international journal of police strategies & management*, 22(3), 313-327.

Toon, R. J., Hart, W., Welch, N., Coronado, N., & Hunting, D. (2005). Layers of meaning: *Domestic violence and law enforcement attitudes in Arizona.* Morrison Institute for Public Policy: Arizona State University.

Williams, L. C. A., Gallo, A. E., Maldonado, D. A., Brino, R. F., & Basso, A. F. T. (2000). Oficina de psicologia para policiais da delegacia da mulher: um relato de experiência. *Psicologia: Teoria e prática*, 2(2), 103-119.

## ARTIGO 2

Intervenção com Policiais Militares: Apoio a vítima e crenças sobre a Violência contra o Parceiro Íntimo

### RESUMO

A importância do atendimento dos policiais em casos de violência contra o parceiro íntimo é inegável. Entretanto, poucas pesquisas foram realizadas buscando a avaliação empírica de treinamentos e capacitações para esse público. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar uma intervenção breve com policiais da cidade de Curitiba sobre a violência contra o parceiro íntimo. Participaram da pesquisa 134 policiais, dividida em grupo controle (n=76) e intervenção (n=58), sendo que os últimos receberam 4 sessões sobre as definições de violência contra o parceiro íntimo, ciclo da violência e intervenção a crise. Todos os participantes responderam a questões sociodemográficas, Escala de percepção sobre o apoio a vítima de violência doméstica e o Questionário de Crenças sobre a Violência Intrafamiliar. Os resultados apontam a ausência de mudanças significativas nos escores gerais dos instrumentos entre o pré e pós-teste para ambos os grupos. Questões pontuais apresentaram melhoras significativas no instrumento de crenças, porém quando comparados a outras categorias profissionais o escore dos policiais foi inferior. Pesquisas futuras devem continuar a verificar formas de intervenção efetivas com policiais da ativa, em especial, a possibilidade de efetividade desses treinamentos no início da carreira policial.

*Palavras-chave:* policiais; treinamento; psicoeducação; violência contra o parceiro íntimo.

### ABSTRACT

The importance of the police in cases of intimate partner violence is undeniable. However, few studies have been carried out aiming at the empirical evaluation of interventions and training for this population. Thus, the objective of the present study was to evaluate a brief intervention with police officers of the city of Curitiba about intimate partner violence. A total of 134 police officers, divided into a control (n = 76) and intervention (n = 58) groups, participated in the study. The latter underwent 4 sessions about definitions of intimate partner violence, the cycle of violence, and crisis intervention. All participants answered demographic, Perception support on Domestic Violence Scale, and the Attitudes about Intrafamilial Violence Questionnaire. The results indicate the absence of significant changes in the general scores of the instruments between pre and post-test for both groups. Three questions presented significant improvements in the Attitudes Questionnaire. When compared to other professional categories the police officers score was lower. Future research should continue to test effective forms of intervention with active duty police officers, especially the possibility of effective training at the beginning of the police career.

*Keywords:* police; training; psychoeducation; intimate partner violence.



## Introdução

O atendimento de famílias em situação de violência pela Polícia Militar é um dos aspectos cruciais da formação de uma rede de proteção a todos os envolvidos. Isso decorre do fato de que, em geral, a Polícia é quem realiza o primeiro atendimento destes casos. O treinamento policial no Brasil sobre a temática da Violência contra o Parceiro Íntimo (VPI) ainda é incipiente, em especial, para um atendimento com maior foco psicossocial e menor foco punitivista por parte das policiais.

De acordo com Schraiber, D'Oliveira e Couto (2006) não há uma organização do sistema de atendimento policial com outros serviços, sendo esses apenas voltados ao mesmo problema, a VPI, mas sem um projeto de resolução da violência. Em especial, há uma ausência de evidências científicas nos trabalhos dos policiais, sendo muitas vezes o treinamento decorrente da própria prática.

Um dos principais aspectos da VPI que merece atenção no atendimento policial é o ciclo da violência, que é composto de três fases: aumento da tensão, o ato de violência e uma fase amorosa, usualmente chamada de “lua-de-mel” (Walker, 2016). Segundo Walker (2016), a primeira fase caracteriza-se por incidentes menores de violência física ou abuso emocional, envolvendo regras e expectativas em relação ao outro. A vítima da violência pode responder calmamente, buscando diminuir a tensão da situação ou tentar defender sua posição. Ambos podem tentar racionalizar o seu comportamento, alegando reações de estresse relacionadas ao trabalho ou finanças, por exemplo. Esse lapso de tempo de fase de construção de tensão é um aspecto relativo a cada relacionamento. Para alguns pode ser dias ou semanas, para outros, pode ser anos de tensão entre os incidentes agudos. À medida que a tensão aumenta, as habilidades de enfrentamento se tornam cada vez menos eficazes para se proteger ou diminuir a tensão. Na segunda fase, com tensão crescente e aumento da raiva ocorrem as violências mais abusivas. Essa

fase é a mais breve, com duração de poucas horas seguida de negação sobre a gravidade do incidente, uma tentativa de minimizar ou culpabilizar a vítima pela violência (Eriksson & Mazerolle, 2015). Em geral, é neste momento em que o atendimento policial é requisitado, isto é, na fase mais aguda da violência o trabalho dos policiais exige conhecimento dessa dinâmica, bem como, estratégias de intervenção a crise. A terceira fase consiste em mudanças comportamentais de todos os envolvidos, sendo que o agressor se torna amoroso e demonstra bondade. Ele também pode se desculpar e oferecer estratégias de conciliação para obter ajuda e promessas de não repetir o comportamento violento (Walker, 2016). Provavelmente outras formas de abuso, tais como coerção, abuso econômico ou emocional, continuarão a ocorrer com o objetivo de controlar o parceiro, mesmo durante esta fase. Com essa mudança súbita de comportamento, a vítima pode compreender que há uma real mudança e buscar a reconciliação, afinal neste momento específico o parceiro mostra-se adequado e atingindo suas expectativas de relacionamento. A dinâmica da terceira fase é um dos obstáculos para a vítima conseguir sair de um relacionamento violento, mesmo sendo o momento em que a maioria dos serviços e pessoas da rede de apoio irão se envolver (Myers, 1995).

Devido ao ciclo da violência, grande parte das mulheres se encontra em situação de risco em relação aos seus pares, pois suas habilidades para lidar com o relacionamento são poucas devido à cultura e o histórico de vida (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016). As mulheres podem se sentir presas na cultura vigente com relação à família e ao casamento reforçando seu empenho em manter a relação. Isso ocorre mesmo que, para isso, a mulher necessite se sacrificar e assumir a responsabilidade pelo que ocorre em seu relacionamento íntimo (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016).

A VPI apresenta frequências distintas ao redor do mundo, em um estudo com 30 países em desenvolvimento Peterman, Bleck e Palermo (2015) observaram que, aproximadamente, 29%

das mulheres sofreram alguma forma de violência, com variações entre 49% (Camarões, Gabão, Uganda e Zâmbia) a 11% (Azerbaijão, Burkina Faso, Camboja e Ucrânia). No Brasil, outro país em desenvolvimento, os dados de Waiselfisz (2015), apontam que entre as mulheres adultas brasileiras 67,2% dos atendimentos de saúde decorrentes de violência são causados por parceiros ou ex-parceiros. De acordo com Schraiber et al. (2007) e Lindner, Coelho, Bolsoni, Rojas e Boing (2015) mostram que as taxas de VPI no Brasil variam entre 16 a 40% da população, indicando a urgência dessa temática em nosso país.

Dessa forma, o policial militar em atendimento de ocorrências de violência íntima deve considerar que a vítima em questão pode estar presa em um ciclo de violência e tornar-se refém de seu parceiro (Williams et al., 2000). Compreender a importância do ciclo da violência pode ser uma ferramenta importante para uma melhoria do trabalho policial com essa população. Logo após a ocorrência de uma situação de violência a intervenção policial deve se dar para identificação dos responsáveis e encaminhamento de procedimentos oficiais.

Ademais, a educação com policiais tem sido uma ferramenta utilizada no mundo como uma estratégia para resolução de diversos problemas de saúde e nos atendimentos das necessidades desse grupo (Papazoglou & Andersen, 2014). Dessa forma, o objetivo deste foi verificar o impacto de uma intervenção breve sobre crenças e percepções de procedimentos e atendimentos famílias em situação intrafamiliar de policiais militares da ativa da cidade de Curitiba.

## **Método**

### *Participantes*

Participaram desta pesquisa 134 policiais militares de dois batalhões da cidade de Curitiba em coleta pré-teste e pós-teste. Sendo o grupo controle composto por 58 policiais e o grupo controle composto por 76 policiais. A coleta pós-teste teve a participação de 111 policiais, ou seja, a taxa de retenção foi de 82,8%. A média de idade dos participantes foi de 33,22 anos de idade (DP= 6,41) e o tempo de polícia (anos de experiência na Polícia Militar) foi em média 8,09 anos (DP= 6,89). Não foram observadas diferenças entre os grupos a partir de um teste *t* de amostras independentes, para idade ( $p=0,16$ ), tempo de polícia, estado civil ( $p=0,59$ ). Em relação a graduação dos participantes não foram observadas diferenças entres os grupos ( $p=0,18$ ) com mais de 85% de ambos os grupos sendo composta de soldados. Em relação ao gênero foi observada uma maior frequência de mulheres no grupo controle ( $p<0,01$ ), sendo 13 no grupo controle e 7 no grupo intervenção.

### *Instrumentos*

Para avaliar as práticas dos policiais foram utilizados os seguintes instrumentos:

- a) Questionário sócio demográfico no qual o participante indicava idade, gênero, patente na corporação e tempo de serviço na Polícia Militar;
- b) Escala de percepção sobre o apoio a vítima de violência doméstica de Sani e Morais (2010) que é uma escala construída para policiais portugueses e que, com a autorização das autoras, teve sua linguagem adaptada ao português brasileiro. É constituída por 18 afirmações as quais os participantes responderam em uma escala Likert de 7 pontos que varia entre “Totalmente irrelevante” a “Totalmente relevante” a seu trabalho. O instrumento possui dois eixos: relação entre serviço e a vítima e estruturas e procedimentos do trabalho policial.

c) Questionário de crenças sobre violência doméstica de Ferrari, Priolo-Filho e Brino (2016) que contém 45 afirmações sobre violência contra o parceiro íntimo, violência de gênero e violência contra a criança que os participantes deveriam avaliar como verdadeira ou falsa de acordo com suas opiniões e crenças sobre o tema.

Todos os instrumentos estão disponíveis no Anexo I.

### *Procedimento*

Esse trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e sua coleta iniciada após a aprovação (CAAE nº 69453517.7.0000.8040). Após a aprovação o Comando da Polícia Militar de Curitiba foi contatado para reunião sobre o projeto e locais de coleta de dados. Foram selecionados três batalhões potenciais para a intervenção, sendo que duas equipes em cada batalhão foram selecionadas para o grupo controle ou intervenção. Essas companhias não tinham contato direto, sendo responsáveis por setores distintos dentro da corporação. Para a intervenção os policiais eram reunidos em uma sala de aula dentro dos próprios batalhões em um dia denominado de “instrução”, no qual, normalmente, são repassados treinamentos e comandos a serem realizados ou aprendidos pela tropa.

A intervenção foi composta de 4 encontros com média de duração de 90 minutos cada, sendo o primeiro para a explicação da pesquisa, entrega e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II) e o preenchimento dos instrumentos. A segunda sessão foi dedicada a definições da VPI, dados sobre a cidade de Curitiba e do estado do Paraná sobre essa forma de violência e possíveis atuações dos policiais tendo em vista fatores de risco e proteção. A terceira sessão apresentou o ciclo da violência e todas as suas fases de acordo com os modelos propostos por Walker (2016) e Eriksson e Mazerolle (2015). A cada etapa era solicitado aos policiais que apontassem dúvidas e se o ciclo correspondia à realidade de seu trabalho.

A última sessão foi a coleta de dados pós-teste e um feedback dos policiais e do pesquisador sobre a intervenção. Durante todo o processo da pesquisa houve no primeiro encontro houve colaboração e participação de todos os batalhões. Mas ao decorrer da pesquisa em um dos batalhões no segundo encontro com grupo experimental notou-se uma diminuição nos participantes, e sendo que no terceiro encontro com este mesmo grupo a participação foi mínima com apenas 9 participantes. Sendo assim, esse batalhão não foi incluído na análise de dados. Os batalhões que tiveram a participação em todo o projeto tem seus dados apresentados a seguir.

#### *Análise de dados*

Os dados foram tabulados no Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 23.0). Não foram observados casos de dados omissos ou *missing* na coleta de dados. A partir de um teste de Kolmogorov-Smirnov para acessar a normalidade foi observado que os dados do instrumento de percepção ( $p < 0,01$ ) e crenças ( $p = 0,05$ ) não apresentam normalidade. Dessa forma, foi realizado um teste não paramétrico de Wilcoxon para comparar o desempenho dos grupos controle e intervenção no design pré e pós-teste. Devido a não-normalidade da amostra foram realizados testes de Kruskal-Wallis para comparação das médias de escores dos grupos controle e experimental para os instrumentos utilizados.

#### **Resultados**

As variáveis de percepção sobre serviços à vítima ( $Z = 0,69$ ,  $p = 0,49$ ) e procedimentos em casos de VPI ( $Z = 0,38$ ,  $p = 0,70$ ) apresentaram ligeira diminuição não significativa para o grupo intervenção, enquanto as crenças apresentaram melhora, também não significativa ( $Z = 0,73$ ,  $p = 0,46$ ). O teste de Wilcoxon mostrou um padrão semelhante para o grupo controle, com ligeira diminuição dos escores para serviços a vítima ( $Z = 0,11$ ,  $p = 0,91$ ) e crenças ( $Z = 0,10$ ,  $p = 0,92$ ) e pequeno avanço em procedimentos de atendimento ( $Z = 0,13$ ,  $p = 0,90$ ), todas sem diferenças significativas. A Tabela 1 apresenta as médias dos grupos para cada uma das variáveis avaliadas.

*Tabela 1* - Média e desvio padrão das variáveis de serviços à vítima, procedimentos e crenças sobre a VPI para cada um dos grupos.

Grupo	Serviços à vítima		Procedimentos		Crenças	
	M	DP	M	DP	M	DP
Controle pré-teste	5,60	0,85	5,87	0,92	9,95	3,66
Controle pós-teste	5,59	1,00	5,89	1,03	9,31	3,7
Intervenção pré-teste	5,48	0,89	5,69	1,06	9,75	3,47
Intervenção pós-teste	5,40	0,82	5,64	1,02	10,32	6,54

A análise de correlação de Pearson apresentou resultados de significância positiva entre policiais do gênero feminino em ambos os grupos e maior pontuação em serviço à vítima ( $R=0,13$ ,  $p=0,04$ ) e procedimentos de atendimento ( $R=0,14$ ,  $p=0,33$ ), mas não para as crenças sobre VPI ( $R=-0,12$ ,  $p=0,06$ ). Foram realizados testes de Kruskal-Wallis para cada item da escala de percepção para os diferentes grupos. Foi observada uma mudança significativa nas questões cinco (“Entendimento da relutância da vítima em prestar queixa” ( $p=0,02$ , Cohen  $d=0,30$ ) e seis (“Apreciação das necessidades da vítima”) ( $p=0,05$ , Cohen  $d=0,18$ ) para o grupo controle e da questão oito (“Continuidade do contato com a vítima”) para o grupo experimental ( $p=0,03$ , Cohen  $d=0,01$ ). O mesmo teste foi realizado para questionário de crenças e foram observadas diferenças significativas nas questões seis (“O consumo de álcool é a principal causa do homem bater na mulher e nos filhos”) ( $p=0,04$ , Cohen  $d=0,01$ ) e oito (“As crianças que veem a mãe ser agredida pelo pai, muitas vezes, sentem-se culpadas pela violência”) ( $p<0,01$ , Cohen  $d=0,18$ ).

Um teste ANOVA univariado tendo o escore total de crenças como variável dependente e as aplicações (pré e pós-teste), grupos (controle e intervenção) e graduação (oficial, subtenentes e

sargentos, cabos e soldados) não mostrou interações significativas para nenhuma das variáveis. Para a graduação dos participantes o valor indica sinais de tendência a significância estatística ( $F(1,15) = 21,30, p=0,06$ ) que talvez apresentasse diferença significativa com maior amostragem de oficiais. O mesmo padrão nos resultados foi observado para Serviços à vítima e Procedimentos de atendimento.

Um teste t de amostras independentes indicou que as questões 19 (“A mulher também pode ser um agressor físico e/ou sexual de crianças”,  $p=0,01$ , Cohen  $d=0,37$ ), 25 (“A frequente ocorrência de maus-tratos intrafamiliares demonstra que nem sempre há harmonia na família”,  $p=0,05$ , Cohen  $d=0,30$ ) e 43 (“A divulgação de material erótico com crianças (como textos, fotografia/filmagem de crianças nuas ou fazendo sexo) causam malefícios, pois prejudicam as crianças que são expostas e estimula a aceitação do sexo entre crianças e adultos como algo normal”,  $p=0,03$ , Cohen  $d=0,29$ ) apresentaram melhores resultados para o grupo intervenção entre o pré e pós-teste. Para o grupo controle não foram observadas diferenças significativas para nenhuma das questões do instrumento de crenças. Para o instrumento de percepção dos profissionais, o grupo controle ( $p=0,03$ ) e intervenção ( $p=0,04$ ) apresentaram diferenças significativas para a questão 5 (“Entendimento da relutância da vítima em prestar queixa”) com aumento da pontuação.

## **Discussão**

Essa pesquisa teve como objetivo verificar o impacto de uma intervenção breve sobre crenças e percepções de procedimentos e atendimentos famílias em situação intrafamiliar de policiais militares da ativa da cidade de Curitiba. Os resultados dessa pesquisa indicam que não foram observadas mudanças na percepção dos serviços à vítima, procedimentos e crenças sobre a



violência intrafamiliar de policiais militares. Contudo, algumas questões de crenças apresentaram mudanças positivas e significativas para o grupo experimental. Poucas pesquisas foram realizadas sobre o tema, em especial, no Brasil, o único estudo que tivemos contato foi o realizado por Williams, Maldonado, Basso e Gallo (1998) que continha uma amostra reduzida. Essa pesquisa, até o ponto de nossa revisão, é a primeira realizada no país que utilizou grupos controle e experimental com amostragens representativas de participantes da força policial.

A discussão sobre o ciclo da violência (Eriksson & Mazerolle, 2015; Walker, 2016) mostrou-se adequada por um aspecto não previsto pelos pesquisadores. Diversos participantes vocalizaram a sua não aceitação da criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), indicando que não haveria diferenças entre homicídio e feminicídio. A apresentação das características específicas da VPI foi a sentido de esclarecimento das diferenças entre um homicídio relacionado à violência urbana com essa forma de violência. A apresentação do ciclo da violência foi baseada no trabalho de Muftić et al. (2014) que encontrou que os policiais da Bósnia acreditavam que a VPI era um tema que dizia respeito somente às famílias envolvidas, crenças compatíveis com as observadas por Williams et al. (1998) com policiais civis brasileiros. É possível que essa resistência inicial ao tema tenha influenciado os resultados quantitativos e a ausência de um desfecho significativo para os resultados obtidos nessa amostra.

Um aspecto que esse trabalho aponta que deve ser considerado em pesquisas futuras é o fato que duas sessões de intervenção dificilmente conseguiriam mudar crenças e percepções de policiais com uma média de tempo de serviço de 8,09 anos. Esse fato também é apontado por Williams et al. (1998) que indica que quanto pior o repertório inicial do policial em relação às crenças, menor seria a chance de uma intervenção breve de bem-sucedida. Huisman, Martinez & Wilson (2005) também enfrentaram a mesma dificuldade com uma amostra norte-americanas de

policiais. Em comum, esses trabalhos e a presente pesquisa apontam que a capacitação de policiais da ativa deve ser uma atividade constante na prática dos policiais, como forma de garantir que seu atendimento às famílias seja o mais adequado e baseado em evidências científicas. Com isso, é possível imaginar que utilizar variáveis distintas das crenças, que são aspectos mais cristalizados do comportamento, podem apresentar alterações com a intervenção. Uma forma distinta poderia ser o uso de estratégias de role-playing de atendimentos para que a aplicação das estratégias ensinadas fosse treinada sob orientação dos aplicadores. Enfim, diferentes estratégias podem ser utilizadas como mecanismos a serem testados com os policiais para melhorar a eficácia das intervenções.

Um importante aspecto qualitativo trazido nos *feedbacks* dos policiais é que a rotina de atuação nos atendimentos de violência contra o parceiro os levou a desenvolver esse tipo de crenças. Eles também informaram que a reincidência das ocorrências com a mesma vítima os faz pensar e acreditar que não há solução para o conflito. Necessita de novos estudos para que possa ser feita uma intervenção junto aos mesmos para desmistificar as crenças deturpadas e sendo assim obtendo um melhor ganho para polícia e a sociedade. Uma estratégia a ser utilizada seria a possibilidade de integração com a rede de proteção para resolutividade dos casos na própria formação policial.

A intervenção de um Psicólogo com policiais militares sempre foi um desafio para a pesquisa, em primeiro lugar, pois a instituição, em geral, não permite acesso a civil em seus quartéis, mas deve-se destacar o apoio e dedicação do Comando da cidade de Curitiba para a realização desse trabalho. Em um ambiente hierarquizado como o da Polícia Militar, mudanças de comportamento de instâncias superiores, em geral, se traduzem em mudanças nas instâncias inferiores, fenômeno observado entre adolescentes (Silva, Chein, & Steinberg, 2016) e forças de

segurança (Shamir, Zakay, Breinin & Popper, 1998). Dessa forma, pesquisas futuras devem investigar se uma intervenção realizada por oficiais poderia apresentar resultados mais eficazes sobre VPI, em especial, caso sejam parte das instruções e coordenação permanente do trabalho policial.

Um dos aspectos apontados pelos participantes envolvia a questão de resolução dos casos de VPI. Essa visão é compatível com outras pesquisas realizadas no Brasil (Vieira et al., 2013) e nos Estados Unidos (Crowe & Murray, 2015). A motivação dos participantes deve fazer parte de intervenções futuras, pois aparentemente essa variável tem um papel fundamental na participação e disposição dos policiais nas atividades. Williams et al. (1998) aponta ainda que folgas ou dias específicos para esse treinamento, sem que os policiais tenham que deslocar-se ou trabalhar mais horas para receber a intervenção também são estratégias que podem ser facilitadoras de bons resultados.

Apesar dos resultados encontrados não terem mudanças significativas nas variáveis de percepção de serviços à vítima, procedimentos e crenças sobre a violência intrafamiliar, esse trabalho se propõe a mostrar possibilidades de atuação com policiais militares brasileiros. Com isso, espera-se que novos treinamentos, intervenções e ações sejam realizados com essa população em diversos momentos de sua carreira (e.g. treinamento, reciclagem, instruções) para garantir um melhor atendimento à população e maior satisfação com as atividades para os policiais, fato esse apontado não somente na realidade brasileira, mas também em outros países (Huisman, Martinez & Wilson, 2005; Muftić & Cruze, 2014).

O instrumento de crenças sobre a violência familiar utilizado na presente pesquisa foi aplicado em professores, profissionais e estudantes da área de saúde. Os participantes da presente

pesquisa apresentaram a pontuação média (9,75 respostas adequadas de 45 possíveis) mais baixa quando comparados a estudantes de pedagogia (40,09), professores (37,10), estudantes da área de saúde (39,66) e profissionais da área de saúde (32,53) (Brino & Souza, 2016; Ferrari, Priolo-Filho & Brino, 2016). Atuar sob as crenças da população policial requer empenho e espaço dentro das organizações policiais, sendo assim através deste espaço pode-se construir conhecimento para policiais e melhor qualificação para atuar em casos de VPI e maus-tratos infantis. As três questões que apresentam melhoras significativas são de importante valor para a intervenção, pois tratam de temas diversos que foram abordados dentro da intervenção e fazem alusão a expectativas dos policiais quanto à VPI.

Esse trabalho apresenta algumas limitações, sendo a primeira e o pequeno tempo de intervenção com os policiais que pode ter diminuído o impacto do programa, mesmo assim notando-se que pequenas mudanças são significativas. O segundo é a ausência de follow-up para verificar se as mudanças poderiam ocorrer ao longo do tempo e na volta para as atividades práticas com os temas discutidos durante as sessões. Apesar de essa intervenção ter seguido algumas das características apontadas por Guidi et al. (2018) para elaboração de atividades de intervenção como a comparação com um grupo controle, critérios de inclusão abrangentes da população, instrumentos com sistemas avaliativos claros, esse trabalho não avaliou de maneira observacional mudanças comportamentais dos policiais ou os impactos a longo prazo da intervenção. Recomenda-se que medidas de criação de redes de apoio e tratamentos de agressores e vítimas em delegacias especializadas sejam efetivas ao decorrer do tempo e sendo assim trazendo garantias aos policiais de que seu trabalho de rua não seja pensado como desnecessários.

Em suma, a intervenção não apresentou mudanças significativas na maioria das variáveis selecionadas. Contudo, apresenta caminhos promissores de atuação de psicólogos e do

conhecimento da Psicologia para prevenção e atuação com a Polícia. Espera-se que pesquisas futuras consigam atingir essa população de maneira mais efetiva e com treinamentos mais duradouros e perenes.

### **Referências bibliográficas**

Brino, R. D. F., & Williams, L. C. D. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.

Brino, R. F., & Souza, M. A. D. O. (2016). Concepções sobre Violência Intrafamiliar na Área Educacional. *Educação & Realidade*, 41(4), 1251-1273.

Crowe, A., & Murray, C. E. (2015). Stigma from professional helpers toward survivors of intimate partner violence. *Partner abuse*, 6(2), 157-179.

Eriksson, L., & Mazerolle, P. (2015). A cycle of violence? Examining family-of-origin violence, attitudes, and intimate partner violence perpetration. *Journal of interpersonal violence*, 30(6), 945-964.

Ferrari, I. M. D. S. F., Priolo Filho, S. R., & de Faria Brino, R. (2017). Questionário sobre violência intrafamiliar: confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 18(3), 54-65.

Guidi, J, Brakemeier, E. L., Bockting, C. L., Cosci, F., Cuijpers, P., Jarrett, R. B.,... & Rief, W. (2018). Methodological recommendations for trials of psychological interventions. *Psychotherapy and psychosomatics*, 87, 276-284.

- Lindner, S. R., Coelho, E. B. S., Bolsoni, C. C., Rojas, P. F., & Boing, A. F. (2015). Prevalência de violência física por parceiro íntimo em homens e mulheres de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 31, 815-826.
- Machado C, G. M, MATOS M. (2006) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal e Inventário de Violência Conjugal. *Escala de avaliação e manual*. Braga: Psiquilíbrios
- Nunes, C. B., Sarti, C. A., & Ohara, C. V. D. S. (2009). Profissionais de saúde e violência intrafamiliar contra a criança e adolescente. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22, 903-908.
- Papazoglou, K., & Andersen, J. P. (2014). A guide to utilizing police training as a tool to promote resilience and improve health outcomes among police officers. *Traumatology: An International Journal*, 20(2), 103.
- Peterman, A., Bleck, J., & Palermo, T. (2015). Age and intimate partner violence: an analysis of global trends among women experiencing victimization in 30 developing countries. *Journal of Adolescent Health*, 57(6), 624-630.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P., & Couto, M. T. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde pública*, 40, 112-120.
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P., França-Junior, I, Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B.,... & Couto, M. T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41, 797-807.
- Shamir, B., Zakay, E., Breinin, E., & Popper, M. (1998). Correlates of charismatic leader behavior in military units: Subordinates' attitudes, unit characteristics, and superiors' appraisals of leader performance. *Academy of management journal*, 41(4), 387-409.

- Silva, K., Chein, J., & Steinberg, L. (2016). Adolescents in peer groups make more prudent decisions when a slightly older adult is present. *Psychological Science, 27*(3), 322-330.
- Vieira, E. M., Ford, N. J, Ferrante, D., Garbelini, F., Almeida, A. M. D., Daltoso, D., & Santos, M. A. D. (2013). The response to gender violence among Brazilian health care professionals. *Ciência & Saúde Coletiva, 18*, 681-690.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO): Rio de Janeiro.
- Walker, L. E. (1999). Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist, 54*(1), 21.
- Walker, L. E. (2016). *The battered woman syndrome*. Springer publishing company.

### ARTIGO 3

#### Relato de experiência de uma intervenção com a Polícia Militar

Intervenções com policiais são raras em todo o mundo (Gover et al., 2011; Huisman et al., 2005; Logan et al., 2006; Muftić et al., 2014; Williams et al., 2000). Esse trabalho busca fazer o relato da experiência sobre uma intervenção realizada com policiais militares da ativa da cidade de Curitiba sobre a Violência contra o Parceiro Íntimo. Em primeiro lugar, gostaria de informar que a pesquisa foi uma experiência gratificante e de profundo conhecimento sobre a estrutura da Polícia Militar, bem como, de seus aspectos contínuos de treinamento.

#### *Histórico do pesquisador*

A pesquisa surgiu devido ao fato do pesquisador ser ex-policia militar e ter um grande apreço pela corporação. Sendo assim, após formar-se em Psicologia verificou a possibilidade de acrescentar conhecimento aos seus antigos pares e colaborar para o desenvolvimento da qualificação dos Policiais em relação ao tema e tentar auxiliar na diminuição dos feminicídios na capital do Estado. Minha experiência como policial se iniciou aos 19 anos de idade, pois em 1983 não havia restrição quanto a idade, que hoje é 21 anos.

De início no curso de soldado no batalhão de Polícia de Guarda (BPGD) ao lado da Penitenciária do Haú, hoje desativada, onde fiquei por pouco tempo devido a convocação a participar da Polícia de Choque de Curitiba que tinha condições físicas para aceite. E sendo assim conclui minha formação de soldado na Companhia de Choque de Curitiba sendo alocado no segundo pelotão. A função da Polícia de Choque era de apoio a todas as outras unidades e exclusiva em controle de tumulto, desapropriação de terras, revistas em presídios e bem como de toda natureza que fosse necessária. Permaneci no Batalhão de Choque por dois anos



desempenhando minha função de soldado até solicitar transferência para o 13º Batalhão, onde permaneci até meu pedido de baixa. Neste batalhão (13º) conheci a função de patrulhamento de rua e atendimento a vários tipos de ocorrências desde assaltos a banco a violência contra o parceiro íntimo. Durante esse período meu contato com o público foi muito maior do que o tempo em que servi a Polícia de Choque, pois as funções na Companhia de Choque eram atuações a conflitos já existentes onde nossa chegada era para resolver o conflito com o uso de força, sendo assim, pouco diálogo era estabelecido com as pessoas envolvidas no conflito. Essa abordagem utilizada no batalhão de choque apresentou contradições com a visão de mundo do policial em que havia tentativa de negociações e resolução de conflitos sem o uso da violência.

Devido a essa postura frente aos conflitos, fui nomeado como negociador em desapropiações de terras, nas quais por várias vezes os invasores saíam das terras sem confronto. Mas, quando atuei no 13º Batalhão foi comentado de uma nova visão de como ser policial, pois eram universos distintos. Um de natureza a resolução dos conflitos o outro de contemporizações de situações e orientação as vítimas de qualquer natureza. No 13º batalhão aprendi o conceito Polícia Comunitária na qual encontramos a seguinte afirmação: "no contexto sistêmico da defesa social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de *proteção e socorro comunitários* ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber." (Diretriz n.º 004/2000, grifo do autor). Assim, um dos Pressupostos Básicos do emprego operacional dos efetivos da PMPR no tipo que a Doutrina define como "Policiamento Ostensivo Geral" é a Polícia Comunitária. Sendo assim, fui atuar mais junto a população e trabalhar junto com a comunidade, onde você acaba por ser conhecido pelas pessoas que residem no bairro onde atua, e as pessoas o chamam pelo nome,

mesmo que você não esteja fardado. Então a resolução dos conflitos passa a ser um caso particular a cada situação em que você esteja envolvido seja ela qual for. Contudo, verificava que, apesar da mudança de mentalidade corporativa, a atuação pelo conflito e uso de força era muito presente em alguns colegas. O uso desses recursos nesse contexto contrariavam os princípios da Polícia Comunitária, em especial, em casos que exigiam especialização e maiores conhecimentos como é a VPI.

Um caso específico fez com que me interessasse pela temática da VPI no projeto de Mestrado. Quando prestei serviço no posto de um dos bairros de Curitiba residia na mesma rua do posto policial uma família em que o marido era alcolista e, na maioria das vezes, quando voltava do bar agredia a esposa e às vezes as filhas. Diversas vezes as filhas buscavam socorro no posto policial. Ao conhecer a família e os eventos violentos, à época acreditava que não haveria resolução para tal fato. Em um plantão em um sábado a noite e sem viatura a disposição quando as duas filhas deste agressor (uma de treze anos e outra aproximadamente dez anos) chegaram pedindo ajuda. Caminhei junto a elas para a residência e ao adentrar, a esposa notificou-me todas as mesmas situações que já ouvira antes. Mas, dessa vez resolvi conversar com o agressor a sós do lado de fora da casa, pedindo a família que deveria permanecer no interior da casa. Ou seja, mesmo sem conhecimentos técnicos à época apliquei um *timeout* no comportamento agressivo. Informei a ele que não o deteria e não o conduziria a delegacia (como fora feito duas vezes antes), mas que ele fosse dormir e que cessasse a confusão como um pedido pessoal a ele, no qual ele concordou. Informei a esposa e filhas que ele deveria dormir e que não fosse criada nenhuma situação para que a confusão retomasse informando as elas que voltaria logo de manhã no domingo ao sair do plantão. Elas concordaram, meio desconfiadas e não entenderam bem qual era meu objetivo. A troca de turno ocorreu às oito horas da manhã, e como prometido visitei a

família ainda fardado e a seu pedido da família sentei-me a mesa e participei do café deles. Verifiquei que o agressor não percebia que seu comportamento de consumo de álcool e violência impactava suas filhas e esposa e sugeri que ele procurasse ajuda profissional. Fui embora naquele domingo certo do dever cumprido ao atuar de maneira preventiva e comunitária com essa família vislumbrando outras possibilidades de atuação não violentas. Retornei ao trabalho na terça-feira daquela semana com a viatura pronta para os atendimentos. Próximo das dezoito horas a família toda chegou ao posto pedindo ao plantonista que gostariam de falar comigo, pois me encontrava em atendimento de uma ocorrência nas proximidades. Ao retornar ao posto fui até a casa da família em questão. O homem havia resolvido buscar ajuda especializada para o consumo de álcool e foi encaminhado ao PSP (Posto Saúde Psiquiátrico), onde eram realizados os casos de internamentos de alcoolistas da cidade de Curitiba. Após a alta de outra unidade que realizou o acompanhamento, não fui mais acionado para resolver episódios de violência naquela casa, mas sempre ao encontrá-los era recebido com agradecimentos pela atitude. Com a experiência desse caso específico, que me marcou na minha passagem pela polícia, hoje como Psicólogo e realizando pesquisa com policiais, noto que muitos não acreditam que isso seja possível, tornando ainda mais difícil a resolução dos conflitos em dias atuais.

#### *Relato de experiência em pesquisa com a Polícia Militar*

Para realizar uma pesquisa dentro do ambiente da Polícia Militar é fundamental o apoio dos oficiais superiores e do comando da Polícia Militar do Paraná. Dessa forma, sem o auxílio dos oficiais esse trabalho não teria tido êxito. O processo de pesquisa foi um grande desafio, principalmente pela dificuldade de aceitação da classe policial da presença de um civil, hoje, em ambiente militar. Um dos aspectos positivos dessa abordagem que vem do Comando e que reflete-se no comportamento dos policiais é o engajamento nas atividades. Essa pesquisa teve

uma taxa de retenção de 82,8% que é considerada alta por diversos pesquisadores (Prinz et al., 2011).

Durante todas as intervenções nos batalhões ocorreram falas e discussões acirradas quanto ao meu conhecimento como Psicólogo e sobre o fato de que o aplicador não teria conhecimento do que é a realidade das ruas nos atendimentos de ocorrências policiais. Isso indica que uma abordagem que envolva os próprios policiais como treinadores pode ser mais eficaz para a retenção dos mesmos. E também de acordo Huisman, Martinez e Wilson (2005), a aceitação de pessoas fora do meio policial em intervenções não é favorável. Ou seja, mesmo com o histórico de trabalho na corporação o aplicador era visto como uma pessoa “fora” do contato com sua realidade. Esse fator complicador causou desconfianças de alguns participantes, inclusive com alguns vocalizando esse fato. Contudo, após apresentar a história do aplicador sobre seus anos como Policial Militar tal fato foi desmistificado por boa parte dos participantes. Sem a experiência de policial, acredito que este trabalho seria mais difícil devido ao enfrentamento e comparativos trazidos em debates calorosos durante pesquisa com o grupo de intervenção.

O grupo de intervenção era basicamente formado por praças, sem a participação de oficiais o que, em minha opinião, foi uma grande perda, pois como futuros comandantes os mesmos perderam uma chance de entender de como funciona a VPI e intervenções direcionadas aos policiais. Na devolutiva ocorrida meses após a coleta de dados, foi observada a participação dos oficiais em todos os grupos de trabalho. Esse fato pode estar relacionado com um maior interesse da corporação sobre o tema, em especial, após um ano em que diversos fatos envolvendo policiais em casos de feminicídio no Estado do Paraná ficaram em evidência na mídia.

Um dos aspectos que mais geraram conflito entre os próprios policiais e em relação aos temas, foram as crenças apresentadas sobre a VPI. Muitos episódios de interrupções por parte dos participantes eram para o compartilhamento de crenças inadequadas sobre a VPI, em especial, sobre a possibilidade de punições feitas pelos policiais contra os agressores. Isto é, diversas vezes os policiais apresentavam um descrédito em relação a resolução dos conflitos por outras instâncias e acreditam que mais punição por parte dos mesmos para com os agressores seria mais resolutive. Essas observações vão em acordo com o apresentado por Gover et al. (2011) e Huisman et al. (2005) que verificaram crenças mais positivas para aplicação de punição pelos policiais aos agressores.

Problema semelhante ocorreu com a devolutiva dos resultados, pois os policiais participaram do processo de compreensão das respostas sobre VPI do instrumento de crenças. Os escores obtidos na pesquisa mostram um pior desempenho desse grupo quando comparados a outros profissionais e os policiais não aceitavam esse fato. Apesar da visível discordância dos instruídos quanto aos resultados dessa parte da pesquisa, mais uma vez, durante processo de devolutiva a presença de um oficial fez com que os comportamentos dos mesmos fossem comedidos. Ao final, a tentativa desse trabalho foi demonstrar que a presença de um psicólogo e pesquisador na corporação não teria um papel punitivo aos mesmos, ou ainda de invasão de competências. Mas, seria uma de colaboração para agregar conhecimento e valores aos mesmos, utilizando meu pedido de baixa da corporação por falta de informação adequada e conhecimento, apesar de grande identificação com o trabalho.

### *O Policial Militar, sua formação e atuação*

A formação continuada não é parte da vida policial nos dias de hoje e a possibilidade da Polícia Militar do Estado do Paraná fornecer isso aos seus membros é de grande valor. Ao redor

do mundo, pesquisadores apontaram dificuldades em trabalhar com militares por uma falta de compreensão da liderança sobre a importância de formação contínua (Huisman et al., 2005). Essa possibilidade gerou uma experiência de pesquisa e intervenção com os profissionais de grande valor aos autores.

Nos grupos de intervenção houve debates em sobre a falta de apoio que os policiais acreditavam que deveriam receber de seus comandantes em relação a atendimentos em que houvesse a necessidade de usar a força física para “quebrar a resistência” do agressor. Nesses casos, a experiência convergia com os resultados obtidos em pesquisas com intervenção com policiais (Gover et al., 2011; Huisman et al., 2005; Logan et al., 2006; Muftić et al., 2014; Williams et al., 2000) que apontavam que os policiais não acreditam que a VPI seja um crime em si, mas sim um problema conjugal ou familiar. Adicionalmente, muitas das falas dos participantes durante a intervenção mostravam uma visão distorcida sobre o fenômeno, pois muitos acreditavam não haver resolução para tais conflitos, também concordando com dados prévios sobre a percepção de policiais (Muftić & Cruze, 2014).

Schraiber, D’Oliveira e Couto (2006) apontam a ausência de uma organização do sistema policial para os atendimentos sobre VPI que visem a resolução ou atendimento dos casos de violência. Contudo, o atendimento realizado pelos policiais muitas vezes era descrito como sem consequências adequadas à violência, ou seja, os policiais se queixavam de que realizam seu trabalho, comunicavam a violência e que outras instâncias da rede de proteção não atuavam a contento. Dessa forma, apresentam uma diminuição das crenças sobre o fortalecimento da rede e do sistema de proteção como um todo. Adicionalmente, queixavam-se de estresse relacionado aos atendimentos na forma de não fornecerem soluções adequadas às vítimas.

Outra queixa que surgiu na intervenção foi relacionada ao suporte (tecnológico e formativo) para as situações de VPI e a necessidade referida pelos mesmos de novos treinamentos, tanto em relação ao tema da pesquisa quanto a inovação das leis vigentes no país. Um dos aspectos do treinamento apontados como relevantes para essa temática é o fato de que muitos discorreram sobre a formação envolver situações de risco em qualquer ocorrência. Esse aspecto favorece uma situação de alerta constante durante o trabalho, fazendo com que os mesmos acreditem que todas as pessoas envolvidas nos atendimentos podem ser um risco a sua integridade e segurança. Diversas pesquisas e relatórios atuais apontam para a necessidade urgente dessa mudança de cultura policial em diferentes contextos (Rahr & Rice, 2015; Sargeant, Antrobus & Platz, 2017) e, em especial, em situações de violência contra a mulher (Lockwood & Prohaska, 2015).

Durante processo de intervenções nos batalhões com o grupo experimental em relação as palestras de Ciclo da violência e Intervenção a crise, as perguntas dos policiais se multiplicavam em relação ao que a Psicologia entende sobre ocorrências policiais. Devido ao fato que a experiência dos policiais em atendimento que estavam presentes, informavam que as conclusões das ocorrências nem sempre eram solucionáveis de acordo com as informações que o pesquisador passava. Esse fato causou grande estranhamento entre os presentes, com discursos relatando que a detenção ou a prisão do agressor era o alvo do atendimento, mas que era impedido devido a trâmites burocráticos nas delegacias especializadas da mulher. Ou seja, a forma de resolução do conflito não estava entre os aspectos abordados por eles nestes atendimentos.

Por fim, muitos deles quando são acionados para atendimentos de violência intrafamiliar ou VPI, não acreditam que seja algo grave, tratando a ocorrência como mais uma “*briguinha de casa*” (sic). Esse tipo de opinião foi mantida mesmo com psicoeducação quanto aos números e

dados oficiais sobre o tema, incluindo o de vítimas que vão a óbito. Segundo informações de alguns policiais, mesmo quando eles detem o agressor com todas as evidências do crime de agressão ou tentativa de feminicídio, na delegacia da mulher, não se obtém a ação necessária para a punição do agressor. Isto é, o foco continua no aspecto punitivo, tal qual observado por Dantas e Mello (2008). Muitos relatavam que o atendimento da Polícia Militar não será efetivo se não houver uma rede de apoio e conclusões mais evidentes dos atendimentos. Ou seja, caso seja possível visualizar mudanças a partir da entrada desses casais em situação de violência em programas ou intervenções focadas em seus problemas.

Ao final dessa experiência de trabalho fica evidente a necessidade de maior confluência entre a Psicologia e a Polícia Militar tendo em vista que ambos desejam uma sociedade menos violenta, justa e igualitária. Contudo, as possibilidades de atuação esbarram em limitações de ambas as partes, seja pela falta de pesquisas empíricas da Psicologia com policiais, seja pela ausência de conhecimentos técnicos destes sobre os aspectos psicológicos da violência. Com isso, esse relato tenta expor os aspectos que podem favorecer intervenções futuras com esse grupo e fomentar novos trabalhos de prevenção e atuação.

## **Referências**

- Dantas, B., & Mello, R. P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20, 78-86.
- Huisman, K, Martinez, J., & Wilson, C. (2005). Training police officers on domestic violence and racism: Challenges and strategies. *Violence against Women*, 11(6), 792-821.
- Gover, A. R., Paul, D., & Dodge, M. (2011). Law enforcement officers' attitudes about domestic violence. *Violence against women*, 17(5), 619-636.



- Lockwood, D., & Prohaska, A. (2015). Police officer gender and attitudes toward Intimate Partner Violence: How policy can eliminate stereotypes. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 10(1), 77-90.
- Logan, T. K., Shannon, L., & Walker, R. (2006). Police attitudes toward Domestic Violence offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(10), 1365-1374.
- Muftić, L. R., & Cruze, J. R. (2014). The laws have changed, but what about the police? Policing domestic violence in Bosnia and Herzegovina. *Violence against women*, 20(6), 695-715.
- Prinz, R. J., Smith, E. P., Dumas, J. E., Laughlin, J. E., White, D. W., & Barrón, R. (2001). Recruitment and retention of participants in prevention trials involving family-based interventions. *American Journal of Preventive Medicine*, 20(1), 31-37.
- Rahr, S., & Rice, S. K. (2015). *From warriors to guardians: Recommitting American police culture to democratic ideals*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.
- Sargeant, E., Antrobus, E., & Platz, D. (2017). Promoting a culture of fairness: police training, procedural justice, and compliance. *Journal of Experimental Criminology*, 13(3), 347-365.
- Scheremeta, M. (2005). *A Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná*. Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=684>
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P., & Couto, M. T. (2006). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde pública*, 40, 112-120.

Williams, L. C. A., Gallo, A. E. Maldonado, D. A., Brino, R. F., & Basso, A. F. T. (2000).  
Oficina de psicologia para policiais da delegacia da mulher: um relato de  
experiência. *Psicologia: Teoria e prática*, 2(2), 103-119.

## Considerações finais

Esse trabalho de Mestrado buscou atingir dois objetivos: a) realizar uma revisão sistemática sobre intervenções com policiais sobre a violência contra o parceiro íntimo; b) avaliar os efeitos de uma intervenção breve com policiais militares da ativa sobre conhecimentos e crenças a respeito da violência intrafamiliar. Na revisão realizada, boa parte dos artigos foi excluída por não se tratar de intervenções ou pesquisas diretas com policiais em relação ao seu comportamento e apoio a vítimas de VPI, mas ao apoio em hospitais, socorristas, casa de apoio e outros. Apenas cinco artigos foram encontrados sobre a temática, sendo que intervenções específicas sobre VPI eram apenas três. Isso demonstra a necessidade de construção de programas de prevenção capazes de lidar com essa temática com profissionais tão envolvidos diretamente com a VPI. Adicionalmente, a revisão retornou apenas uma pesquisa nacional, o que demonstra a importância do presente trabalho.

A intervenção realizada apresentou aspectos positivos quanto à administração da Polícia que entende a necessidade do tema. Contudo, os resultados da intervenção apontam para poucas mudanças positivas e significativas entre os participantes. Esse resultado pode estar atrelado a dificuldades no programa desenvolvido e na relação com a corporação. Algumas interpretações desses resultados foram possíveis a partir do relato de experiência que discutiu, por exemplo, aspectos de participação dos oficiais e dos praças na intervenção, bem como, a recepção dos conteúdos apresentados. Apesar do resultado da intervenção apresentar poucas mudanças positivas, esses dados são relevantes, pois apontam para caminhos para intervenções futuras. Um aspecto muito importante advindo dessa abordagem é a possibilidade de estratégias de “*train the trainer*”, na qual a possibilidade de um policial ser treinado para ofertar a capacitação a seus colegas. É possível que um aplicador que faça parte do corpo policial obtenha resultados

positivos devido à sua posição e que as resistências grupais sejam menores. Por fim, essa experiência de intervenção se mostrou gratificante e desafiadora para o aplicador e pesquisador principal. Contudo, demonstrou a urgência dessa temática para uma real aplicação do lema da Polícia Militar: “Servir e proteger”.

## Anexo I – Instrumentos utilizados na coleta de dados.

### DADOS PESSOAIS

Por favor, responda as questões abaixo efetuadas, sem indicar seu nome.

Idade: _____	Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>
Estado Civil: Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Divorciado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a) <input type="checkbox"/>	
Graduação: Oficial <input type="checkbox"/> Sb-Tenente <input type="checkbox"/> Sargento <input type="checkbox"/> Cabo <input type="checkbox"/> Soldado <input type="checkbox"/>	
Batalhão: _____	

Escala de percepção de apoio a vítima de violência doméstica

Construído por Sani, A Morais, C, (2010) Baseado em Russel e Light (2006).

### INSTRUÇÕES

O questionário apresentado a seguir tem como objetivo identificar o apoio prestado a vítimas de violência doméstica.

Você irá encontrar um conjunto de indicações que dizem respeito às orientações passíveis de serem adotadas no apoio às vítimas de violência doméstica.

Pede-se que leia atentamente as afirmações e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. O que importa é sua opinião. Neste sentido responda de acordo com sua percepção, indicando uma escala de 1 a 7 a relevância que devem ser dadas a cada uma das seguintes orientações no apoio à vítima de violência doméstica (maior pontuação = maior grau de importância).

1	2	3	4	5	6	7
<b>Totalmente Irrelevante</b>	<b>Irrelevante</b>	<b>Mais ou Menos Irrelevante</b>	<b>Nem irrelevante Nem relevante</b>	<b>Mais ou menos relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Totalmente Relevante</b>

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
<b>Totalmente Irrelevante</b>	<b>Irrelevante</b>	<b>Mais ou Menos Irrelevante</b>	<b>Nem irrelevante Nem relevante</b>	<b>Mais ou menos relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Totalmente Relevante</b>

<b>Orientações quanto a:</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
<b>A: Relação entre o serviço prestado e a vítima.</b>							
1. Tratamento a vítima com respeito.							
2. Aceitação da vítima ao atendimento.							
3. Manifestação de empatia pela vítima.							
4. Recepção do relato da vítima como verdadeiro.							
5. Entendimento da relutância da vítima em prestar queixa.							
6. Apreciação das necessidades da vítima.							
<b>B. Estruturas e procedimentos.</b>							
7. Intervenção aprofundada, abrangente e adequada.							
8. Continuidade do contato							
9. Prestação de apoio por acompanhamento							
10. Prestação de apoio prática (ex: Apoio à criança)							
11. Garantia de segurança da vítima.							
12. Coordenação efetiva entre o desfecho da situação.							
13. Prontidão de resposta ao pedido de ajuda							
14. Rapidez no processamento de dados							
15. Fornecimento de informações corretas e contínuas a vítima.							
16. Envolvimento das vítimas em todo o processo							
17. Coordenação com outros setores							
18. Atenção a necessidades dos filhos (caso existam).							

## **Anexo II: Questionário sobre crenças a respeito da violência intrafamiliar**

Analise cada uma das afirmações abaixo, expressando sua opinião como **Verdadeira (V)** para aquelas que você estiver de acordo e **Falsa (F)** se você discordar da mesma.

1. “Se uma mulher apanhou alguma coisa ela fez”.

V          F

2. “A mulher em geral não presta queixa na primeira ou segunda vez que apanha do marido”.

V          F

3. “O abuso sexual infantil se resume ao ato sexual com penetração vaginal (estupro) ou anal.”

V          F

4. “É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro as principais razões que fazem com que o homem seja violento em casa”.

V          F

5. “Não é possível educar crianças sem a utilização de castigos corporais”.

V          F

6. “O consumo de álcool é a principal causa do homem bater na mulher e nos filhos”.

V          F

7. “Em geral, crianças que chegam aos hospitais e prontos-socorros com fraturas e machucados graves, foram vítimas de acidentes domésticos”.

V          F

8. “As crianças que veem a mãe ser agredida pelo pai, muitas vezes, sentem-se culpadas pela violência

V          F

9. “Briga de marido e mulher não tem solução”.

V          F

**10.** “A criança que cresce em um lar violento, não necessariamente, torna-se violenta quando crescer”.

V       F

**11.** “Ninguém apanha de graça”.

V       F

**12.** “O homem que bate em mulher é um louco, um desequilibrado: um doente mental”.

V       F

**13.** “Os maus-tratos contra crianças podem ocorrer em qualquer família, seja qual for o nível socioeconômico da mesma.”

V       F

**14.** “Briga de marido e mulher é como briga de vizinho: não adianta intervir”.

V       F

**15.** “A mulher provoca. Não é à toa que o homem é violento”.

V       F

**16.** “Numa mulher não se bate nem com uma flor”.

V       F

**17.** “A maioria das mulheres gosta de apanhar”.

V       F

**18.** “Mulher que é agredida é suspeita, pois quando um não quer dois não brigam”.

V       F

**19.** “A frequente ocorrência de maus-tratos intrafamiliares demonstra que nem sempre há harmonia na família.”

V       F

**20.** “É possível identificar indicadores da ocorrência de abuso envolvendo as crianças”.

V       F



**21.** “A maioria das mulheres que procura a delegacia porque apanha do marido não é honesta”.

V            F

**22.** “A violência contra a mulher pode atingir todas as camadas da população”.

V            F

**23.** “Quase nunca a criança mente sobre estar sendo maltratada. Uma pequena porcentagem dos casos é fictícia e, nestes casos, em geral trata-se de crianças maiores que já objetivam alguma vantagem.”

V            F

**24.** “O homem também apanha da mulher, tanto quanto bate nela”.

V            F

**25.** “A divulgação de material erótico com crianças (como textos, fotografia/filmagem de crianças nuas ou fazendo sexo) causa malefícios, pois prejudicam as crianças que são expostas e estimula a aceitação do sexo entre crianças e adultos como algo normal.”

V            F

**26.** “Não é nada fácil para a mulher sair de um relacionamento abusivo”.

V            F

**27.** “Quando o marido bate na mulher, pode saber que ela tem culpa no cartório”.

V            F

**28.** “O abuso psicológico pode ser tão ameaçador quanto o abuso físico”.

V            F

**29.** “O agressor sexual pode ser qualquer pessoa, não há perfil definido.”

V            F

**30.** “A mulher que apronta e deixa o homem bravo encoraja a violência doméstica”.

V            F

**31.** “Ela prestou queixa contra o marido violento na delegacia. É horrível isso de lavar a roupa suja em público”.

V            F

**32.** “As pessoas conhecidas da criança, como pais, tios, avós, vizinhos, representam o maior risco em relação a ocorrência de maus-tratos contra crianças.”

V            F

**33.** “No Brasil, pais e profissionais que lidam com crianças, não estão suficientemente informados sobre os maus-tratos, e, portanto, muitas vezes, inaptos a lidar com o problema.”

V            F

**34.** “Toda agressão deixa marcas físicas aparentes.”

V            F

**35.** “Com ele tem que ser assim: olho por olho, dente por dente; por isso é que a mulher apanha”.

V            F

**36.** “Em geral os maus-tratos contra crianças são repetitivos, sendo que a maioria ocorre dentro de casa facilitando o acesso do agressor à vítima. ”

V            F

**37.** “Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”.

V            F

**38.** “A mulher merece apanhar porque azucrina a vida dos homens”.

V            F

**39.** “Muitas vezes, o contato do pedófilo inicia-se de forma virtual através da Internet, mas logo pode passar para a conquista física, levando inclusive a possibilidade de assassinato de crianças.”

V            F

**40.** “Ela é um verdadeiro saco de pancadas do marido, só não larga dele porque não quer”.

V            F

**41.** “Sempre que um jovem vem na delegacia mente, ele não teme ser punido, pois é inimputável (não passível de sofrer pena criminal) perante a lei”.

V            F

**42.** “Mulher precisa apanhar para se manter na linha”.

V            F

**43.** “A mulher também pode ser um agressor físico e/ou sexual de crianças”.

V            F

**44.** “A mulher que apanha do marido pode largar dele, basta querer”.

V            F

**45.** “Quando um casal tem um relacionamento violento, a única solução é a separação”.

V            F

### Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do estudo, intitulado, **Eficácia de uma Intervenção sobre violência doméstica com policiais militares**. Esta pesquisa se justifica devido à necessidade de intervenções em situações vividas por policiais militares em atendimento a ocorrências de violência doméstica.

Você poderá participar respondendo dois questionários sendo: Questionário sobre crenças a respeito da violência intrafamiliar e Escala de percepção sobre o apoio a vítima de violência doméstica.

Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento caso sinta-se desconfortável, sem que isto lhe traga prejuízo algum. Como benefício a intervenção é para agregar valores culturais ao participante bem como auxiliar um futuro atendimento em situação de violência entre parceiros íntimos. Não há risco evidente para o participante, apenas agregar valores, mas se em dado momento o participante se sentir na necessidade de se aprofundar a respeito do fato ou determinada situação teórica, vir de encontro com sua pessoa o pesquisador estará à disposição para o atendimento individual do mesmo e auxiliar nas questões psicológicas referentes ao tema. Durante todo o tempo da pesquisa, você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com algum dos pesquisadores. Fazendo contato pelo telefone 41-99872-6238 Ademar, pelo e-mail [lealademar@hotmail.com](mailto:lealademar@hotmail.com) e [sdpriolo@gmail.com](mailto:sdpriolo@gmail.com).

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. O pesquisador envolvido com o referido projeto é Ademar Francisco Leal, sob a orientação do Professor Doutor Sidnei Rinaldo Priolo Filho, vinculado ao programa de mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Caso seja necessário, poderá ser entrado em

contato pelo telefone (41) 99872-6238 ou por e-mail [lealademar@hotmail.com](mailto:lealademar@hotmail.com) ou [sdpriolo@gmail.com](mailto:sdpriolo@gmail.com)

Muito obrigado!

#### **Anexo IV: AUTORIZAÇÃO**

Declaro, após a leitura do TCLE, que concordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem haver penalidades. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_